

Considerações sobre a imaginação moral em John Dewey*Christiane Coutheux Trindade**Guilherme Mirage Umeda*

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)

Resumo

A ética de John Dewey tem sido revistada por diversos autores como fonte fecunda e relativamente inexplorada de seu pensamento. Dentre as características mais marcantes de seus escritos está o destaque dado à imaginação, como faculdade essencial à deliberação moral. O filósofo caracteriza a imaginação moral como a capacidade de se projetar na condição de outro e de desenhar cursos de ação possíveis diante de um impasse. A imaginação é indissociável da experiência democrática, cujas marcas são a convivência com o diferente e a incompletude. O lugar da imaginação na educação adquire um contorno que extrapola a estratégia didática, tornando-se imprescindível na formação integral do homem.

Palavras-chave: John Dewey; imaginação moral; ética democrática.

Abstract

Scholars have revisited John Dewey's ethical thoughts as a fertile and relatively unexplored part of the philosopher's ideas. Between the most striking features of his writings is the highlight given to imagination, as an essential faculty in moral deliberation. Dewey distinguishes moral imagination as the ability to project oneself in the condition of others, as well as to outline courses of action before a deadlock situation. Imagination is inseparable from democratic experience, an ongoing process marked by the coexistence with others. The place of imagination in education extrapolates didactical strategies, becoming necessary to a person's integral formation.

Keywords: John Dewey; moral imagination; democratic ethics.

Introdução

No magistral *A Insustentável Leveza do Ser*, o escritor tcheco Milan Kundera discute a palavra “compaixão”, cuja etimologia latina a atrela permanentemente à noção de *passio*, originalmente “sofrimento”. O autor nota que em diversas línguas não-latinas, como o tcheco, o polonês, o alemão e o sueco, as palavras que mais se equivaleriam a “compaixão” têm composições fundamentalmente diferentes, “formadas com um prefixo equivalente [ao das línguas latinas, “-com”,] seguido da palavra sentimento” (Kundera, 1999, p. 28). Em si, a compaixão já tem por nós, luso-falantes, uma carga elevada de afetividade, remetendo a um estado de profunda ligação com um outro que sofre, um outro que é feito desse mesmo estofó que preenche minha própria humanidade. Porém, Kundera nos demonstra os graus de liberdade em que as traduções incidem e como a arqueologia lexical escava mais do que nossas palavras, também as nossas ideias e nossos olhares. Pois o co-sentir, ao contrário da compaixão, não exige uma indulgência pelo que sofre, uma espécie de rebaixamento altruísta em direção à tristeza que não se precisaria viver. O co-sentir é conseguir compartilhar toda espécie de sentimento: “alegria, angústia, felicidade, dor” (Kundera, 1999, p. 28). Não há, aqui, relação hierárquica entre o piedoso e o digno de pena: há, sim, um emparelhamento entre diferentes, uma harmonização entre individualidades a princípio independentes. Por isso, Kundera (1999, p. 28) definirá de maneira lapidar a “compaixão” não-latina (*soucit* em tcheco, *wspolczucie* em polonês, *Mitgefühl* em alemão, *medkänsla* em sueco) como “a mais alta capacidade de imaginação afetiva, a arte da telepatia das emoções [...], o sentimento supremo”.

Chama-nos a atenção o fato de que para o escritor, a imaginação tenha um sentido moral, que ela desempenhe um papel predominante no jogo das

relações humanas. Não se trata, evidentemente, da imaginação como cálculo meramente cognitivo, intelectual, racional; também não se refere à imaginação como distração pueril da mente, uma incapacidade de se desenvolver o pensamento rigoroso que parte do real e a ele se dirige. Kundera trata aqui de uma imaginação afetiva que possui uma dimensão positiva de conexão da pessoa imaginante com um outro, a capacidade de descentramento necessária à empatia. Colocar-se no lugar do outro não se realiza apenas em uma projeção racional das circunstâncias e das variáveis. É imprescindível para esse movimento excêntrico um sentir que nos coloque inteiros nessas circunstâncias, pois o lugar do outro só encontra coordenadas no espaço multidimensional da existência humana, no qual sentir e pensar encontram-se indissolivelmente atrelados.

O olhar da filosofia sobre a imaginação nem sempre é condescendente. São bem conhecidas as posições de Platão e Descartes quanto à não confiabilidade da imaginação como faculdade cognitiva. Em particular no dualismo cartesiano, pensamento e imaginação compõem antípodas na busca pela verdade. A perspectiva cartesiana sobre a imaginação, como a faculdade da qual o homem deve se afastar em sua atividade reflexiva, legou tradicionalmente a ela o espaço do erro, afastou-a do campo do pensamento e isolou-a como mera manifestação de sensações corporais. Na *Meditação Quarta*, afirma:

Acostumei-me de tal maneira nesses dias passados a desligar meu espírito dos sentidos e notei tão exatamente que há muito poucas coisas que se conhecem com certeza no tocante às coisas corporais

[...] que agora desviarei sem nenhuma dificuldade meu pensamento da consideração das coisas sensíveis ou imagináveis, para dirigi-lo àquelas que, sendo desprendidas de toda matéria, são puramente inteligíveis. (Descartes, 1973, p.123)

Entretanto, conforme notado por Abbagnano (2000, p. 539), o idealismo romântico trata de conferir maior importância à imaginação: “Para Fichte, a imaginação é a ação recíproca e a luta entre o aspecto finito e o aspecto infinito do Eu, ou seja, o aspecto graças ao qual o Eu impõe um limite à sua atividade produtiva e o aspecto graças ao qual o supera e o distancia”. Há na imaginação um poder criador, que irá inspirar muito da estética romântica em torno da figura do gênio.

Tanto Kundera quanto John Dewey¹, a despeito da separação cronológica entre o momento de produção de *A Insustentável leveza do ser* e dos textos de reflexão ética do filósofo norte-americano, já se encontram em um momento histórico de resgate da imaginação, não apenas como o poder criador na expressão romântica, mas sim como faculdade que é inerente à vida humana e que participa de questões de ordem prática, como o julgamento. Ou seja, a imaginação não obscurece o senso moral ou o pensamento teórico, mas, ao contrário, lhes confere profundidade.

John Dewey, ilustre representante do pragmatismo americano, compartilha com outros filósofos desta mesma escola de pensamento a valorização da

¹Cabe destacar que o papel da imaginação moral é mais ampla em Dewey do que na imagem fornecida pelo texto literário de Kundera aqui discutido. Como se verá mais à frente, duas funções da imaginação são prontamente reconhecidas na moral: a projeção empática (próxima ao co-sentir de Kundera) e o desenho criativo de possibilidades para uma dada situação (Fesmire, 2003).

imaginação como faculdade essencial à vida prática do homem (Alexander, 1993). É inútil aqui apegar-se ao estereótipo da “pessoa moral, mas séria, com uma outra imaginativa, porém exibicionista e irresponsável” (Tuan apud Fesmire, 2003, p. 62, tradução nossa). A imaginação não nos retira do mundo prático, como um devaneio do sonhador ensimesmado; antes, ajuda-nos a viver a vida social, comunitária, de maneira mais integral e integrada, a construir pontes entre o eu e o mundo, entre o eu e os outros. Richard Rorty, apoiando-se em proposições deweyanas, faz uma defesa severa deste papel da imaginação:

Dewey insiste que a busca da certeza seja substituída por uma busca da imaginação [...]. A imaginação é a ponta de lança da evolução cultural, o poder que – desde que haja paz e prosperidade – opera constantemente de forma a tornar o futuro humano mais fecundo que o passado. A imaginação é a fonte tanto de novas imagens científicas do universo físico quanto de novas concepções de comunidades possíveis. (Rorty, 2000, p. 37 e 122)

A filosofia moral de John Dewey e sua pauta democrática

O pensamento de John Dewey tem constituído referência para discussões em campos diversos, ainda que seja com frequência reconhecido com importância singular na seara educativa. O autor é responsável por uma obra vasta, que no entanto tem como eixo central a preocupação com a *democracia*. Consideramos que é somente a partir dela que sua filosofia pode ser melhor compreendida, seja em seus escritos pedagógicos, seja em outros esforços reflexivos.

O conjunto de sua filosofia se lança a desafios e possibilidades da experiência democrática que Dewey percebe diante de seu contexto

histórico e social, particularmente perante a ascensão da sociedade industrial, urbana e massificada, na primeira metade do século XX nos Estados Unidos. O filósofo, de acordo com o que propõe seu instrumentalismo, trata das questões de seu tempo, o que facilmente se percebe em diversos marcos de sua atuação intelectual e política. Um dos muitos exemplos de que Dewey não se limitava à produção acadêmica é quando, em 1937, presidiu a comissão de defesa de Trotski (Cunha, 2002).

Para Dewey, o pensamento é uma forma de enfrentamento, que opera a partir da compreensão de nossa individualidade e de nossa condição social. Significa que sua produção expressa a iniciativa do sujeito de entender a cena social e também de projetar caminhos que a modifiquem em uma direção mais desejável. Pensar é, portanto, um ato fundamentalmente ético. É assumir escolhas, sempre matizadas pelas circunstâncias sociais, que exigem do ser humano um envolvimento pessoal e conjunto para alargar e ao mesmo tempo aprofundar a experiência democrática.

Ainda que os problemas efetivos daquele presente constituam a força motriz do pensamento de John Dewey, a atualidade de suas contribuições atestam não apenas a persistência (ou aguçamento) de parte das vicissitudes enfrentadas, mas também o alcance de sua filosofia. Evidentemente, não se trata de esperar do autor grandes soluções ou revelações cuja adoção apaixonada nos levaria a um estado pleno de convivência democrática. Em seu pensamento, encontra-se sublinhada a relevância de nossas *ações cotidianas*, que tão profundamente expressam e moldam a cultura e, com ela, a maneira como vivemos.

Uma de suas ideias que ainda constitui enorme desafio para nossas discussões e práticas é justamente assumir a democracia como um modo de vida. Isso porque essa abordagem não implica abandonar o território da política, mas de expandi-lo para as múltiplas relações que estabelecemos em

nossos grupos sociais. Dewey (1999) entende que não pode haver uma ruptura entre essas diferentes esferas, sob o risco de sustentarmos uma democracia meramente nominal, que se reserva exclusivamente aos grandes feitos políticos. A fim de efetivá-la, temos de seguir o conjunto de procedimentos típicos da democracia, mas, também e sobretudo, apegarmos a valores condizentes com o espírito democrático. Em *Liberdade e Cultura*, o autor coloca a cultura como uma espécie de segunda natureza humana, considerando que dela depende a manutenção e a expansão da experiência democrática: “O problema é o de saber que espécie de cultura é tão livre em si própria que concebe e gera a liberdade política como seu acompanhamento e consequência” (Dewey, 1989, p.13, tradução nossa).

Ao direcionar nosso olhar para a cultura e os valores da democracia, John Dewey realinha ética e política. Sua ética é democrática, porque entende a democracia como a escolha por um modo específico de regular as relações sociais, que não ignora a complexa tarefa de *harmonizar interesses individuais com o bem comum*. Esse desafio é coletivo, mas é também pessoal. O ser moral para Dewey experimenta um processo de deliberação intrincado, no qual se veem em dinâmica diversos componentes morais. Afastando-se de tradições éticas que privilegiam um ou outro desses elementos, o autor defende a integridade do ser moral, reconhecendo que, mesmo conflituosamente, fazem parte do processo dever, prazer, felicidade, consequência, virtude, hábito, razão e sensibilidade (Dewey, 1959). A dimensão do dever e das consequências expressa com mais clareza a consideração do outro ou do interesse comum, enquanto prazer e felicidade, por seu turno, procuram preservar o sujeito da ação moral.

A democracia depende que o indivíduo tenha seu espaço garantido, pois sua pessoalidade impede ao agrupamento se converter em massa disforme; mas igualmente quer contemplar e articular interesse comuns, que

escapem ao imediatismo e ao egoísmo daquilo que só beneficia privadamente a um ou outro – aqui, é o sentido comunitário que assegura ao individualismo uma justa medida. Esse equilíbrio é um empreendimento ético, que nasce do conflito, mas cuja busca é pela conciliação: nosso desafio é construir pontes.

Sem considerar sua dimensão social, o indivíduo se enfraquece: isolado, ele se perde, enquanto, em associação, expande-se. Sua singularidade só emerge na convivência e no diálogo com outras singularidades. Se somos definidos por nossa vida em comum, estamos ameaçados quando a experiência de comunidade se esfacela pela ascensão de uma sociedade cada vez mais organizada e, ao mesmo tempo, cada vez menos articulada na esfera política. Entendemos que a defesa da sociedade democrática feita por Dewey é uma afirmação ética sobre o modo como devemos viver uns com os outros. (Trindade, 2014, p.148)

Assim, Dewey entende que o domínio da ética é a vida prática e cotidiana dos homens e não a especulação a respeito de modelos de conduta ideais e, por isso mesmo, inatingíveis. Quando nos deparamos com um dilema moral efetivo, é difícil nos guiarmos exclusivamente por um dos componentes morais. Nossas inquietações refletem a disputa entre o sentido do dever e a necessidade de perseguirmos nossa felicidade ou encontrarmos também nossos interesses contemplados. Se de um lado a motivação nos põe em movimento, a reflexão nos permite ponderar e postergar o impulso. O hábito permite que nossas respostas sejam rápidas, quando a hesitação é inoportuna (Dewey, 1959). Contudo, ele se acha limitado sempre que uma situação nova se apresenta, exigindo outras avaliações e caminhos

inexplorados, que significam um redirecionamento da conduta até então assumida.

Na leitura de Gregory Pappas (1998, p.100, tradução nossa), “a ética de John Dewey é talvez a mais original – e a menos valorizada – das áreas de toda sua filosofia”. O intérprete observa que não encontramos nela um sistema moral, que facilite a compreensão das ideias, mas que devemos realizar nossas leituras como uma tentativa de “se familiarizar com sua visão moral” (Pappas, 1998, p.100, tradução nossa).

É com tal inspiração que esta reflexão é tecida. Diante da vastidão e complexidade de seu pensamento sobre ética, elegemos tratar mais detidamente das suas contribuições quanto à *imaginação moral*. Thomas Alexander (1993) e Steven Fesmire (1999, 2003) destacam-na como matricial para compreender a filosofia moral de Dewey.

A imaginação moral e a experiência ético-democrática

Consideramos a ética democrática e imaginativa de Dewey como uma fonte de inspiração para lidarmos com os desafios humanos de hoje. O estado geral de mazelas que enfrentamos na atualidade tem com frequência feito-nos sentir impotentes, como se nos restasse apenas lamentar pelo rumo tomado. Em parte, a alta complexidade dos problemas sociais, ecológicos, econômicos e políticos funciona como um desestímulo para identificarmos as variáveis em operação e nos reconhecermos como autores, mesmo que cerceados pelas circunstâncias, do mundo que habitamos. O processo de massificação converte as pessoas em uma “associação de nulidades” (Dewey, 1989, p.24, tradução nossa). Reproduzimos padrões, seguimos caminhos irrefletidamente, despercebidos de nossos papéis como agentes. É o domínio de forças impessoais, que tem na metáfora da *mão invisível* de Adam Smith a expressão perfeita do esvaziamento ético que

experimentamos. A escala dos problemas assume tal proporção que nos sentimos perdidos e diminuídos.

Nesse sentido, Dewey faz um chamado à reflexão e à ação, propondo que grande parte daquilo que importa e que molda a forma como vivemos acontece nas relações corriqueiras entre pessoas comuns:

[...] a democracia como forma de vida é controlada pela crença pessoal no trabalho pessoal cotidiano em conjunto com outros. A democracia é a crença de que mesmo quando necessidades e fins ou consequências são diferentes para cada indivíduo, o hábito da cooperação amigável – que pode incluir, como no esporte, rivalidade e competição – é em si um acréscimo sem preço para a vida. (Dewey, 1939, p.231, tradução nossa)

Isso justifica não apenas a relevância da cultura e do hábito em sua ética, mas a tentativa de pensar uma filosofia moral que dê conta daquilo que somos. Sem idealizações, todos somos sujeitos morais e nossa conduta expressa nosso caráter:

Onde há conduta, não há apenas uma simples sucessão de atos desconexos; cada coisa feita leva adiante uma tendência subjacente e um propósito, conduzindo a novos atos e a uma conclusão ou consumação. Desenvolvimento moral, na instrução dada por outros e na educação que o sujeito garante para si, consiste em tomar consciência de que nossos atos estão conectados uns aos outros; assim, um ideal de conduta substitui a prática cega e impensada de atos isolados. (Dewey, 1959, p.179, tradução nossa)

Essa tomada de consciência funciona como um antídoto à resignação pessoal e coletiva. Voltamos a nos ocupar de nossas ações e assumir a autoria da narrativa que compomos de nós mesmos e de nosso entorno. Narrativa esta que é conjunta e, por isso, depende de uma inteligência social, que Dewey entende como o meio pelo qual se pode alterar o curso das coisas em direção a uma experiência individual e social mais íntegra e significativa. A inteligência social depende de um processo de comunicação, de uma troca constante de experiências (Alexander, 1993). Aqui, a aposta é que um tecido social complexo é melhor compreendido e gestado a partir do encontro de singularidades, que, postas em diálogo, são capazes de ideias e ações que seriam individualmente impensáveis. A valorização da comunidade para o autor pode ser entendida justamente como um meio de escapar da massificação e da impessoalidade, resgatando a convivência e a esfera pública encenadas pelo homem comum (Trindade, 2014).

Outras características de nossos tempos são a intensidade e a velocidade com que mudanças acontecem, amplificadas pela interconectividade de pessoas e lugares. O tempo acelerado e a duração efêmera dos assuntos humanos dificultam uma compreensão mais profunda de nosso meio social. Sem esta, novamente não estabelecemos direções nem escolhemos um sentido para as alterações emergentes: eventos simplesmente se passam por nós. Assumindo apenas a condição de espectadores, tendemos a abraçá-los animada e desavisadamente, ou então a nos acharmos de súbito excluídos por não termos acompanhado essa ou aquela ascensão.

Vivemos como se as forças econômicas determinassem o crescimento e declínio das instituições e o destino dos indivíduos. A liberdade se converte em um fim pouco menos que obsoleto; colocamo-nos em

movimento, funcionamos e paramos ao som de uma gigantesca máquina industrial. (Dewey, 1999, p.6, tradução nossa)

John Dewey alerta mais uma vez para nossa função na condução de interesses, para que avanços tecnológicos e científicos possam ser levados na direção desejada, a saber, aquela que expande a experiência democrática.

[...] liberdade é encontrada naquela espécie de interação capaz de manter um ambiente em que desejo humano e escolha têm algum valor. Na realidade, há forças dentro do homem como as há fora dele. Apesar de serem infinitamente frágeis em comparação com as forças externas, elas podem contar com uma inteligência capaz de prever e executar. (Dewey, 1922, p.10, tradução nossa)

A transitoriedade de nossa condição e a obscuridade da atuação das forças sociais conferem à imaginação um espaço nuclear para a atuação ética e política em nossos tempos. Ela permite o *descentramento de nós mesmos, a projeção mental por caminhos frequentemente enredados, além de revelar possibilidades antes impensadas*. A imaginação propicia que sejamos responsivos a um mundo instável, mas que habitamos e constituímos com nossas ações: “O foco sobre a imaginação revela que nós estamos constantemente criando nossos mundos, para o bem ou para o mal, e que isso é uma arte com a qual devemos nos ocupar com cuidado” (Alexander, 1993, p. 397, tradução nossa).

Diante de condições tão dinâmicas, não há mais espaço para perpetuação de hábitos. Eles precisam ser flexíveis e, a partir da ponderação, ser continuamente reconfigurados: “[...] o ajuste consciente entre o novo e o velho é a imaginação” (Dewey, 2010, p.469). Em alguma medida, conflitos morais e sociais expressam um desajuste entre o velho e o novo, entre

hábitos e costumes e a emergência de uma situação desconhecida. A deliberação moral é o processo pelo qual tentamos reestabelecer harmonia, que não deve ser entendida como um estado perfeito de ausência de atritos, mas como uma solução conciliadora e provisória entre agentes morais e seus interesses particulares e comuns, cotejando os múltiplos componentes éticos, como dever, prazer e consequência. Do ponto de vista do indivíduo, a deliberação permite que ele reencontre sua própria integridade no conflito que vivencia e descubra um meio de dar conta de cada um desses elementos. No que diz respeito à dimensão social da ética, reestabelecer certa consonância entre os agentes é dar tom a um projeto comum, é construir cotidianamente a experiência democrática. Esse ajuste garante o lugar da inteligência na conduta, pois os dilemas morais, mesmo os mais cotidianos, implicam uma operação imaginativa complexa (Trindade, 2014).

Ela não se limita ao império da razão, mas à combinação entre as dimensões cognitiva e a de sentimentos, cuja articulação expressa a integridade do ser moral. A imaginação, para Dewey, representa a faculdade que melhor exprime a junção da razão com a sensibilidade, estas que frequentemente são apresentadas como oposições pela tradição filosófica. De acordo com Pappas (2011, p.12), essa confluência empreendida pela inteligência do raciocinar com o sentir constitui o pensamento qualitativo de Dewey:

Não é a visão de que os sentimentos acompanham nossa compreensão das relações lógicas, mas sim de que a “percepção da qualidade, da conexão e da direção está no cerne do raciocínio lógico, como que orientando a investigação da realidade”.

Se a razoabilidade ordena desejos e emoções, estes, por seu turno, matizam o raciocínio, tornando-o mais humano. Ainda de acordo com Pappas (2011), a sensibilidade nos possibilita perceber um problema, que em seguida receberá nossos esforços reflexivos, e também auxilia a manutenção do foco nele ao longo do processo investigativo. Ou seja:

[...] tendemos a superestimar a força dos argumentos intelectuais para provocar reflexão, especialmente hoje quando as pessoas são bombardeadas com inúmeros estímulos para captar sua atenção, impedindo-as de pensar. Em suma, não há esperança para a democracia, se as pessoas não puderem perceber a falta de democracia como um problema. (Pappas, 2011, p. 21, tradução nossa)

A deliberação moral é compreendida por Dewey (1922) como um *ensaio dramático*, conceito que permite melhor explicar o lugar ocupado pela imaginação em sua ética. Vale notar aqui o uso da metáfora teatral para conceituar o esforço reflexivo empreendido pelo ser moral. Para o filósofo, o homem diante da deliberação moral mais se assemelha a um ator em cena do que a um contador lançando créditos e débitos em um balanço (Dewey, 1922). Isso porque, tal qual o ator, o sujeito moral se vê assediado continuamente por sensações e sentimentos que participam de suas ações. Ele não decide tendo em vista ganhos ou perdas futuras, e sim reagindo no presente, racional e emocionalmente, a objetos que emergem à sua consciência, mesmo que imaginados. O ator se move no palco reagindo repetidamente às condições cambiantes que encampam sua ação, colocando em jogo sua memória, seus sentidos imediatos e suas expectativas. Também é assim o ser moral, cujas deliberações exigem dele mais do que apenas um

cálculo utilitário de prazeres e dores; requerem uma presentificação do outro e do futuro hipotético.

Ana Mae Barbosa (2011) descreve o papel assumido pela imaginação na filosofia estética de John Dewey como a substituição da experiência direta por uma experiência simbólica. Entendemos que o mesmo se dá no processo de deliberação moral. Essa analogia entre a experiência moral e a estética aparece em diversas ocasiões no pensamento deweyano, como explicitamente colocado em *Arte como experiência*. Em seu capítulo conclusivo, Dewey (2010, p. 551) caracteriza a experiência estética como “uma manifestação, um registro e uma celebração da vida de uma civilização”. Dedicar-se o autor, então, ao problema da apreciação de obras de arte produzidas em contextos culturais diferentes. Em sua visão, não há um processo inculcador de eliminação das individualidades, mas uma harmonização que amplia a significação da experiência estética. Nesse ponto, costura a analogia com a vida prática:

[...]. O problema em questão [a apreciação da arte] não difere do que enfrentamos no dia a dia, no esforço de compreender outras pessoas com quem temos um convívio habitual. Toda amizade é uma solução desse problema. A amizade e a afeição íntima não resultam das informações sobre outra pessoa, ainda que o conhecimento possa promover sua formação. Mas só o faz na medida em que se torna parte integrante da simpatia, *por meio da imaginação*. É quando os desejos e objetivos, os interesses e formas de reação de outra pessoa se tornam uma expansão de nosso ser que nós a compreendemos. (Dewey, 2010, p. 566, grifos nossos)

O ensaio dramático tem dois sentidos principais: a avaliação de alternativas diante de um dilema; e a projeção empática. No primeiro caso, o

ser moral, por meio do ensaio, vivencia em sua mente as possibilidades que identifica – e cria – frente a uma situação de conflito. Percorre imaginativamente os cursos de ação que cada escolha implicaria, antecipando consequências, visualizando obstáculos e resultados prováveis, apoiando assim seu processo deliberativo. A suspensão da resposta habitual, necessária diante de uma divergência percebida, conta com esse importante recurso reflexivo para amparar sua decisão e direcionar a ação considerando os múltiplos elementos constitutivos da decisão moral. Na leitura de Pappas (2011), a investigação nasce de uma situação indeterminada e resulta em outra, determinada, e, por isso, mais segura.

Vale observar aqui que esse caminho imaginativo que seguimos indica que não é apenas o fim ou o resultado de uma ação que interessa na filosofia moral de Dewey, mas também o processo que levamos a cabo. A valorização do processo é marca da filosofia deweyana, tendo especial importância para compreender seu pensamento democrático.

Democracia é a crença de que o processo da experiência é mais importante que quaisquer resultados alcançados em particular, de modo que esses resultados alcançados são de valor fundamental apenas enquanto são usados para enriquecer e ordenar esse processo em movimento. Uma vez que o processo da experiência é capaz de ser educativo, a fé na democracia é a mesma que a fé na experiência e na educação. (Dewey, 1939, p. 232, tradução nossa)

Há pouco, observamos que para o autor a democracia é sobretudo um modo de vida, mais do que um fim que se atinge e se fixa indefinidamente. Ela não se dá sem que meios democráticos sejam efetivamente experimentados. Parte importante de sua crítica diz respeito à visão idealista

sobre o apreço que supostamente sentimos por valores de liberdade, mas que não se materializam em ações (Dewey, 1939, 1989, 1999).

O fim da sociedade democrática consiste justamente em assegurar uma experiência social segundo meios democráticos. Não se promove a liberdade cerceando-a; não se busca a igualdade alargando distâncias; não há fraternidade e cooperação diante da primazia da competitividade e da superioridade. Na democracia, meio e fim coincidem. (Trindade, 2014, p.105)

Dewey (1959) não distingue as ações em pertencentes ou não ao campo da moralidade. Em sua filosofia, as ações precisam ser vistas como um *continuum* experiencial, isso é, a partir do encadeamento vital que as une, compondo a conduta do ser moral. Toda ação, mesmo a que à primeira vista pareça banal, deve ser considerada diante de suas implicações éticas, pois ela se atrela a uma sequência que a transcende (Dewey, 1959). Com isso, devemos refletir sobre nossos fins e valores e prezá-los, mas, sobretudo, devemos garantir que nosso modo de vida seja uma expressão dos mesmos. O percurso que seguimos para atingir um resultado escolhido tem profunda importância moral quando assumimos que se trata de um *continuum* de experiências. Mais do que o horizonte que buscamos alcançar, é a caminhada que descortina nossa vida ética. Esse percurso só pode ser avistado quando o seguimos, seja de fato, seja pela imaginação. Ela, assim, nos dá uma oportunidade para evitar equívocos ou ampliar o alcance e o significado de nossas escolhas.

O segundo sentido assumido pelo ensaio dramático diz respeito à capacidade que temos de, por meio da imaginação, projetarmo-nos em outras posições morais. Isso quer dizer que, para considerarmos efetivamente o lugar do outro em um conflito, é preciso deslocar-se de si

mesmo e imaginar vivamente os interesses, os deveres, as expectativas, as consequências e os fins experimentados pelos demais sujeitos envolvidos. Esse processo de descentramento permitido pela projeção empática é um importante desafio no exercício moral, cuja relevância se acentua diante de uma ética democrática, como atesta a fala do próprio Dewey e a síntese proposta por um de seus comentadores:

Uma genuína fé democrática na paz é a fé na possibilidade de se conduzir disputas, controvérsias e conflitos como tarefas cooperativas nas quais ambas as partes aprendem ao dar aos outros a oportunidade de se expressarem, em vez de uma das partes triunfar pela supressão rigorosa do outro [...]. É inerente ao modo de vida democrático e pessoal a cooperação em que se dá oportunidade às diferenças para se mostrarem, crendo-se que abrir-se à expressão das diferenças é não apenas um direito das outras pessoas mas uma forma de enriquecer a sua própria experiência de vida. (Dewey, 1939, p. 231, tradução nossa)

Dewey uma vez descreveu a democracia como a arte de ser capaz de escutar aos outros. Pelo menos, escutar as histórias dos outros é o início de nossa habilidade para entendê-las e se comunicar com elas e, portanto, o primeiro passo para a inteligência social. (Alexander, 1993, p.397, tradução nossa)

Pappas (2011) assume essa escuta como pedra de toque para a deliberação, pois os sujeitos da sociedade democrática precisam ser capazes de considerar genuinamente outros interesses e pontos de vista, compondo modos mais enriquecidos de interação uns com os outros. Pela imaginação, não apenas apreciamos ou avaliamos outras perspectivas, mas podemos nos

engajar em contemplar os outros em nossas decisões. Entramos aqui em um dos principais atributos da imaginação moral na filosofia de John Dewey: a descoberta ou criação de novas alternativas.

A imaginação trabalha com limites distintos do esforço reflexivo exclusivamente racional. Quando observamos uma dada realidade pelo prisma da objetividade e da racionalidade, as soluções que percebemos devem se ajustar a exigências e critérios condizentes com esse rigor. Calcular e analisar com precisão variáveis envolvidas em um impasse são capacidades fundamentais para a deliberação moral. Todavia, se isoladas da especulação imaginativa, restringem as alternativas, não apenas em volume, mas também na qualidade daquilo que atendem.

A imaginação não corresponde a uma espécie de devaneio, uma fantasia descolada da realidade. Na perspectiva de Dewey (1922, 2010), é uma renovação do pensamento, que alarga as possibilidades da experiência humana, a partir da matéria viva que compõe o ambiente. Ou seja, existe engajamento da inteligência com a realidade e não apenas delírios excêntricos e impossíveis de serem realizados (Alexander, 1993). A interpretação de Marcus Vinicius da Cunha a respeito da criação artística revela esse sentido social que entendemos ter a imaginação para Dewey:

Trata-se verdadeiramente de arte quando o executante tem sua inteligência e seus objetivos próprios envolvidos na ação que desempenha, razão pela qual os seus sentimentos e ideias tornam-se meios para transformar as condições existentes. (Cunha, 2005, p.15)

Assim, a imaginação mira horizontes que não são vislumbrados pelo esforço de especulação meramente racional. Ao se liberar dessas amarras e levar em consideração sentimentos, ela se ocupa não somente de avaliar as

alternativas diante de um dilema, mas de criá-las, ou seja, de projetar mentalmente novos cenários e caminhos. Desvendar possibilidades é um recurso precioso para uma ética que se propõe democrática, pois dela se exige maior capacidade de harmonizar interesses de partida divergentes. Combinar é mais complicado do que excluir e, por isso, demanda um uso mais requintado da inteligência. Dewey sabia exatamente que a democracia significa a escolha mais árdua: “[...] não é fácil, e sim difícil, o caminho democrático a se tomar. É o caminho que coloca o maior fardo de responsabilidade sobre as costas do maior número de seres humanos” (Dewey, 1989, p.100, tradução nossa).

Logo, devemos conceber a democracia como uma escolha moral, contudo, ao mesmo tempo, é preciso reconhecê-la como projeto inacabado. Como os destinos e percursos da sociedade democrática se encontram necessariamente em aberto, o “esforço inventivo e a atividade criativa” (Dewey, 1939, p. 228, tradução nossa) são atribuições de seus integrantes. Nossa missão é forjar uma democracia criativa². Os fins precisam ser eleitos, bem como os meios para atingi-los, mas essa é uma tarefa a ser permanentemente revisitada e revalidada. Assumir que a sociedade é uma composição orgânica de pessoas (Dewey, 1999) implica admitir que ela é viva, pulsante, que seus propósitos cambiam no tempo e espaço. Por essa razão, dependemos de nossa capacidade criadora para desvendar trilhas em direção à experiência democrática.

A condução da sociedade democrática pertence a mão humanas, mas “[...] por muito tempo, agimos como se nossa democracia fosse algo que automaticamente perpetua a si mesmo [...]” (Dewey, 1939, p.228, tradução nossa). Olvidar esse imperativo moral é largá-la à própria sorte, o que

²*Creative democracy: the task before us* é um texto que Dewey publica em 1939, diante da ascensão do nazismo.

historicamente tem se provado desastroso. O contexto de produção da obra de John Dewey em muito diverge das condições e contratempos de nossos dias. Contudo, o itinerário democrático não cessa e, com ele, permanece a responsabilidade que temos de imaginar o mundo que queremos, investigando expedientes para materializá-lo em experiência. Apenas por meio da imaginação, podemos insistir em alcançar a ilha desconhecida.

E tu para que queres um barco, pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou [...], Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem, Que ilha desconhecida, perguntou o rei [...] A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida, A quem ouviste tu falar dela, perguntou o rei, agora mais sério, A ninguém, Nesse caso, por que teimas em dizer que ela existe, Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida [...]. (Saramago, 1998, p. 16 e 17)

Notas exploratórias sobre a imaginação moral na educação

Do momento em que a imaginação passa a ocupar o centro gravitacional da ética, conforme propõe John Dewey, a ramificação de possibilidades reflexivas que se abre é imensa. O campo pedagógico, seja pelo viés de suas teorias ou de suas práticas, pode se encontrar então diante de questões e oportunidades inéditas.

Neste momento, a intenção é tão somente iniciar esse debate, tendo em vista que a infância guarda estreita relação com o tema da imaginação. De acordo com Russell (1997, p. 3, tradução nossa), “Dewey alegava que a

imaginação, a capacidade de realizar mentalmente as diversas possibilidades de uma situação, era o meio dentro do qual as crianças viviam”. A infância é o território fértil em que corre a imaginação, livre de descréditos, pudores e outros tantos nós que a maturidade pode implicar. É o espaço do fazer de conta, do brincar, do interpretar papéis dos mais comuns aos fantásticos. A criança pequena está sempre pronta a acreditar e a participar desse universo imaginativo. Em um primeiro momento, é essa habilidade de criar dentro de si tantos universos que permite a ela se apropriar do mundo, de suas linguagens e de suas histórias. Conforme vai crescendo, sua imaginação se sofisticada, começa a considerar também o real: a desconfiança surge e, logo, a dúvida.

Consideramos que, do ponto de vista da imaginação moral de Dewey, trata-se de uma conquista, pois o devaneio se converte em uma capacidade imaginativa mais engajada, que enfrenta limites e se põe em xeque. No entanto, por vezes, vamos deixando de alimentar nossa imaginação, substituindo nossa dimensão criadora por afazeres desconectados e repetitivos. Aderimos a uma pretensa objetividade que esmaga as chances de articular condições com possibilidades. Nas palavras de Ana Mae Barbosa:

Na teoria de Dewey, a imaginação projeta o significado além da experiência comum, e é uma característica humana gravada na textura da experiência da criança e do adulto. A subordinação da imaginação à racionalização não é um indício de maturidade, mas sim de mecanização. (BARBOSA, 2011, p.85)

Em *Reinações de Narizinho*, Monteiro Lobato retrata a naturalidade com que esse olhar infantil constrói a ligação da qual tratamos:

A boneca, *tec, tec, tec*, muito esticadinha para trás, foi vestir-se. Assim que ela saiu, o Visconde, já no alto da janela, de binóculo apontado, anunciou, numa voz rouca de sábio embolorado:

– Estou vendo uma poeirinha lá longe!

– Ainda não, Visconde! É muito cedo. Temos de ir tomar café primeiro. Só na volta é que o senhor começa a ver poeirinhas. (Lobato, 2014, p.170)

O trecho acima nos mostra justamente a solução de conflito entre o imaginário e o real. Dada a necessidade prática (tomar o café), é preciso que o Visconde não veja ainda o que está vendo (as poeirinhas, que convidam à brincadeira). Os jogos simbólicos envolvem as atividades da criança, marcadamente daquelas que são de sua própria iniciativa. Há tempos, a pedagogia tem procurado investigar e respeitar essa linguagem própria, atestando sua relevância. Todavia, a imaginação não importa apenas ali, no fugaz momento da infância, ela constitui de modo permanente o ser humano.

Não há dúvidas de que o lugar da imaginação na educação (em especial no segmento infantil) tem sido prestigiado, a se observar pelo arejamento das práticas educativas e pela defesa teórica empreendida na mídia geral ou especializada. Mesmo no contexto não escolar, o crescente número de eventos culturais que exigem participação mais criativa das crianças parecem sugerir que o cultivo da imaginação conquistou um espaço intocável nos processos formativos. Apesar de persistirem práticas reprodutivas no cotidiano escolar, toda pedagogia abertamente castradora tem sido considerada, a partir do olhar analítico, com incômoda desconfiança.

Entretanto, talvez caiba questionar se a emergência de tal visão educativa ocasionalmente não sucumbe diante da pressão ubíqua de formas de entretenimento “*ready-made*”, de tecnologias que em vez de ampliar as possibilidades de formação encurtam o lastro criativo dos educandos. Evitamos aqui a velha guerra entre apocalípticos e integrados (termos adotados com lucidez por Umberto Eco, 2004), entre o mau-humor preconceituoso dos conservadores para com as inovações e o entusiasmo acrítico dos tecnófilos. Trata-se de constatar uma dinâmica complexa de nosso tempo, na qual o aceleração espetacular das novas tecnologias nos dão poucas oportunidades para refletidamente localizar as perdas e ganhos que tal movimento tem a oferecer ao campo da educação.

Curiosamente, como aponta Gilbert Durand (2004), uma sociedade diagnosticada como aquela das imagens tem cada vez mais dificuldade de lidar com os efeitos das tecnologias que tornam a explosão imagética possível. Se, por um lado, as imagens são cada vez mais presentes, a capacidade imaginativa declina. Isso porque a força criativa de uma imaginação que concebe novos caminhos e soluções mingua diante de um volume tão grande de informações prontas, consumidas passivamente por olhos superestimulados. Por isso, paradoxalmente, o favorecimento da imaginação na educação pode vir através de uma desaceleração das informações, da maior prevalência de um espaço vazio que convida a criança à ação. Como observa Jorge Larrosa Bondía (2002, p.23), “Ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo o atravessa, tudo o excita, tudo o agita, tudo o choca, mas nada lhe acontece. Por isso, a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigas mortais da experiência”. A leitura que Larrosa Bondía faz sobre o excesso de informação se ajusta com perfeição à pretensiosa geração de seres criativos por meio da superexposição à imagem. Vejamos:

A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência (Bondía, 2002, p.23).

Nesse sentido, um grande número de propostas educativas que se assentam no fluxo aumentado de estímulos e informações à criança, frequentemente visando um tipo de divertimento engajador, pode ter definido seu alvo de maneira equivocada, diminuindo a capacidade imaginativa e compreensiva do educando em vez de a favorecer. Entendemos o lúdico como fundamental no trabalho escolar, ainda que sem incidir na confusão comum entre aquele e o entretenimento fácil. Dewey (1976) caracteriza como educativa toda experiência que enriquece a possibilidade de experiências posteriores. Se a mera exposição à imagem reduz as margens de ação criativa da criança, a experiência gerada por ela não pode ser considerada, em si, como educativa.

O exercício educacional por vezes coloca em conflito os propósitos ideais que guiam as ações e os desafios enfrentados no dia a dia do professor. Isso acaba por acarretar, na atividade docente, distorções que descaracterizam as intenções originais das práticas. Ilustra esse conflito, por exemplo, o afã de assumir um estímulo tido como “imaginativo” como uma espécie de isca para a atenção do aluno disperso, como uma maneira de envolvê-lo mais facilmente nas atividades escolares. O leitor de Dewey evidentemente compreenderá a importância de se mobilizar o estudante em

torno das propostas da escola, oferecendo-o conteúdos e formas de trabalho que se articulem profundamente com seus interesses e repertórios prévios. Entretanto, este modo de pensar não se circunscreve, no plano ideal, ao momento específico da aula; o olhar para dentro da sala é uma parte relativamente pequena das questões com que o trabalho sobre a imaginação se ocupa.

É preciso compreender que o trabalho imaginativo transcende os objetivos meramente didáticos da aula, que a problematização das zonas de conforto são mais do que estratégias de ensino. A busca pela imaginação tem caráter formativo, articula-se diretamente com a constituição intelectual e moral do educando. Deve estar sob a atenção do educador o fato de que a mobilização imaginativa atua mais em favor do aluno do que dele próprio, que o envolvimento em sala de aula resolve parte dos problemas de ordem prática do trabalho docente, mas que a mais importante dimensão do trabalho orientado à imaginação é o seu papel diante de uma formação integral do ser humano, inclusive em sua vida social, política e moral. Somente por meio dela, o pensamento pode desabrochar

[...] como parte tanto do desenvolvimento histórico da mente social quando do processo de vida de um indivíduo. Imaginação está intimamente ligada [...] às interconexões entre imagens que levam a um aprofundamento da experiência e uma ação mais amplamente significativa [...] e àquelas que associam o pálido e remoto ao vívido e próximo. (Russell, 1997, p. 5-6)

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALEXANDER, Thomas M. John Dewey and the Moral Imagination: Beyond Putnam and Rorty toward a Postmodern Ethics. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 29, n. 3, p. 369-400, Summer, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40320424>.
- BARBOSA, Ana Mae. *John Dewey e o ensino da arte no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, jan./abr., 2002, p.20-28.
- CUNHA, Marcos Vinicius da. *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. 4ª ed. Coord. Antonio Joaquim Severino. Petrópolis: Vozes, 2002. (col. Educação e Conhecimento).
- _____. Comunicação e arte, ou a arte da comunicação, em John Dewey. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v.86, n.213/214, p. 9-20, maio/dez. 2005. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/55/57>
- DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Col. Os Pensadores, v. 15.
- DEWEY, John. *Human nature and conduct*. New York: Henry Holt and Company, 1922.
- _____. Creative democracy: the task before us. In: _____. *John Dewey and the Promise of America*, Progressive Education Booklet, No. 14. Columbus (Ohio): American Education Press, 1939. Disponível em: <http://www.faculty.fairfield.edu/faculty/hodgson/Courses/progress/Dewey.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2015.

- _____. Theory of the moral life (Part II). In: DEWEY, John; TUFTS, James H. *Ethics – revised edition*. New York: Henry Holt and Company, 1959.
- _____. *Freedom and Culture*. New York: Prometheus Books, 1989.
- _____. *Experience and education*. New York: Free Press, 1997.
- _____. *Individualism old and new*. New York: prometheus Books, 1999.
- _____. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FESMIRE, Steven. *John Dewey and Moral Imagination: pragmatism in ethics*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.
- _____. Morality as Art: Dewey, Metaphor, and Moral Imagination. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v.35, n.3, p. 527-550, Summer, 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40320778>.
- KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Globo Livros, 2014.
- PAPPAS, Gregory F. Dewey's Ethics: morality as experience. In: HICKMAN, Larry A (editor). *Reading Dewey: interpretations for a postmodern generation*. Bloomington/ Indianapolis (EUA): Indiana University Press, 1998.
- RORTY, Richard. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Cristina Magro e Antonio Marcos Pereira (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- RUSSELL, Dee. Cultivating the imagination in music education: John Dewey's theory of imagination and its relation to the Chicago Laboratory School. In: Proceedings of the Annual Meeting of the American Educational Research Association, Chicago (Illinois), 1997,
- SARAMAGO, José. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Christiane Coutheux. *Ética e educação em John Dewey: o homem comum e a imaginação moral na sociedade democrática*. 2014. Tese (Doutorado) – Fac. de Educação, Universidade de S. Paulo, São Paulo, 2014.